

1. Do Plano Plurianual de Investimentos

1.1.- Introdução

Pretende-se com o presente relatório complementar os documentos que constituem a Conta de Gerência relativa ao ano de 2006, elaborada de acordo com a alínea e), do nº2, do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de modo a habilitar os senhores Deputados Municipais a avaliar o cumprimento, por parte do Executivo Municipal, do Plano e do Orçamento desse ano.

1.2.- Da execução do Plano de Actividades

Em termos financeiros, as Grandes Opções do Plano, para 2006, que previa objectivos no montante de **€ 10.188.766**, tiveram uma execução de **€ 5.248.555** (despesa facturada), o que significa uma execução de **51,5%**.

Trata-se de uma execução financeira abaixo das nossas expectativas ou ambição e abaixo das execuções de 2004 e 2005, mas compreensível no cenário económico existente,

2.- Análise da Prestação de Contas

2.1.- Comparação entre a Receita Prevista e a Efectiva

A Receita total ascendeu, em 2006, a **€ 13.619.772** o que representa um crescimento de 12,35% em relação ao ano de 2005.

Contribuiu para esta situação, a subida da Receita Corrente (+11,05%) sendo a subida da Receita de Capital conseguida com a receita proveniente da venda das ETAR da ZIL e da Vila, que passaram a integrar o sistema multi-municipal de águas e saneamento do Baixo Mondego

Vejamos a discriminação das Receitas no quadro seguinte.

Quadro 1
Execução da Receita

	Rec. Efectiva em 2006	Rec. Prevista	% Execução	Rec. Efectiva em 2005	Δ/ 05
Rec. Correntes	€ 7.797.155	€ 6.753.850	115,45%	€ 7.021.397	+ 11,05%
Rec. Capital	€ 5.822.772*	€ 9.223.260*	63,13%	€ 5.101.484	+ 14,14%
Rec. Global	€ 13.619.927*	€15.977.110*	85,25%	€ 12.122.881	+ 12,35%

* valores após Revisão Orçamental

A Receita Corrente mantém um peso determinante na composição da Receita (57,25%) o que dá plena justificação à política de taxas e tarifas praticadas.

Quadro 2
Evolução do Peso da Receita Corrente (euros)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente	5.733.870	6.098.313	6.462.412	6.235.988	6.577.514	7.057.739	7.797.155
Receita Total	8.799.885	10.718.144	14.626.693	11.919.991	11.650.325	12.122.881	13.619.927
%	65,15%	56,90%	44,18%	52,32%	56,46%	57,92%	57,25%

Quanto à taxa de execução pensamos que é uma percentagem de execução muito boa (**85,25%**), mantendo-se a tendência para uma maior aproximação entre os valores previstos em Orçamento e os valores da execução, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 3
Evolução da Taxa de Execução

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Taxa de Execução	59,2%	49,2%	63,6%	59,2%	61,8%	67,5%	85,25

Contudo esta taxa de execução tem muito a ver com a receita extraordinária referida, pelo que há que manter o esforço de rigor na definição global da receita.

2.2. Da Receita Corrente

Vejam os a discriminação da Receita Corrente.

Quadro 4

Distribuição da Receita Corrente (euros)

	2002	2003	2004	2005	2006	Δ/05
Impostos Directos	1.645.003	1.611.516	1.665.898	1.604.121	1.760.838	+ 9,77%
Impostos Indirectos	248.409	172.919	272.300	93.267	543.046	+ 582,22%
Taxas	902.288	380.960	177.881	259.005	223.795	- 13,59%
Transf. Correntes	2.217.019	2.209.154	2.320.701	2.869.024	2.716.103	- 5,33%
Venda Bens n. durad.	797.077	966.253	1.001.704	1.043.994	976.869	- 6,42%
Prestações Serviços	149.221	534.137	738.861	946.731	1.071.829	+ 13,21%
Outras Receitas	496.321	338.680	393.182	226.603	133.682	- 41,00%
Rendimentos de propriedade					365.463	

Os Impostos Directos inverteram a tendência de queda, com o IMT a estabilizar e o IMI a subir, como se verá no quadro seguinte.

Constata-se também uma subida muito acentuada dos Impostos Indirectos que poderá significar um atenuar da crise que se tem feito sentir no sector imobiliário, em particular no que respeita a novos loteamentos.

As Taxas, em contrapartida, têm um decréscimo sensível em relação ao ano anterior, o que é um dado contraditório.

As Transferências Correntes relativas aos Fundos (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo Base Municipal) tiveram um crescimento nulo.

A receita de Prestações de Serviços continua a subir reflectindo o aumento de consumidores/utentes e a subida das tarifas praticadas.

Veja-se agora a distribuição da receita relativa aos Impostos Directos, no Quadro 5.

Quadro 5
Impostos Directos (euros)

	2002	2003	2004	2005	2006	Δ/04
IMI / Contr. Autárquica	613.647	742.462	783.691	895.240	993.573*	+10,98%
IMT / Sisa	928.412	752.156	750.200	556.697	592.837**	+ 6,49%
Imp. s/ veículos	102.944	116.898	132.007	152.184	174.428	+14,62%

* inclui uma parcela de cobrança de débitos de contribuição autárquica

** inclui uma parcela de cobrança de débitos de sisa

A nota positiva vai para a subida muito moderada do IMT que, contudo, continua muito longe dos valores de 2002. O IMI continua a subir significativamente o que poderá permitir uma redução da taxa já no próximo ano.

Quadro 6
Crescimento do IMT/C. Autárquica

	2002	2003	2004	2005	2006
Crescimento Percentual do IMI	+ 21,55%	+ 20,99%	+ 5,55%	+ 14,23%	+ 10,98%

Analisemos agora o peso das Transferências do OE em relação ao total da Receita Corrente.

Quadro 7
Peso do OE na Receita Corrente

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
FGM +FCM+FBM	€1.868.168	€2.132.388	€2.209.154	€2.315.193	€2.361.497	€ 2.361.497
Receita Corrente	€6.098.313	€6.462.412	€6.235.988	€6.577.414	€7.021.397	€ 7.797.155
%	30,6%	32,99%	35,4%	35,2%	33,63%	30,29%

Constata-se que o peso das transferências do OE se mantém praticamente inalterado, em relação ao ano anterior, com uma ligeira melhoria. Pensamos que a capacidade de gerar receitas próprias na razão de 2/3 da receita total é aceitável.

Interessa igualmente ver a evolução do peso dos Impostos Directos na composição da Receita Corrente.

Quadro 8

Peso dos Impostos Directos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Impostos Directos/Rec. Correntes	16,2%	31,3%	25,5%	25,8%	25,3%	22,8%	22,6%

2.3.- Da Receita de Capital

Analisemos a distribuição das Receitas de Capital.

Quadro 9

Repartição da Receita de Capital (euros)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Venda Bens Invest.	184.989	184.952	1.283.623	1.070.336	1.523.724	163.735
FGM + FCM+FBM	1.241.029	1.421.592	1.472.769	1.543.462	1.574.331	1.574.331
Transf. Capital*	2.022.067	3.627.938	2.801.375	3.026.013	3.105.154	2.287.211
Empréstimos	1.096.842	2.885.676	1.545.293	884.294	305.578	195.248
Outras receitas capital	74.904	44.123	44.377	91.080	186.247	2.418.118
Total	4.619.831	8.164.281	5.684.003	5.072.811	5.101.484	5.822.772

* Estes valores são totais, incluindo os valores da linha anterior

Como já dissemos travou-se a tendência decrescente desta Receita. As transferências do FEDER ainda são significativas, € 609.838, mas representam apenas 44% do recebido no ano anterior (€ 1.372.353)

O recurso ao crédito continuou a diminuir de forma muito acentuada.

Veja-se agora a evolução do peso do FGM, FBM e FCM no total da Receita de capital.

Quadro 10
Peso do OE na Receita de Capital

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
FGM+FCM+FBM	1.241.029	1.421.592	1.472.769	1.543.462	1.574.331	1.574.331
Total Rec. Cap.	4.619.831	8.164.281	5.684.003	5.072.811	5.101.484	5.822.772
%	26.9%	17.41%	25,9%	30,4%	30,9%	27,0%

2.4.- Análise da Despesa

2.4.1.- Evolução da Despesa Corrente

Por analogia com a apresentação feita em relação à Receita, vejamos a distribuição da Receita Corrente:

Quadro 11
Repartição da Despesa Corrente (euros)

	2002	2003	2004	2005	2006	Δ%
Gastos com Pessoal	2.469.308	2.628.897	2.700.057	2.866.767	2.876.928	+0,35%
Aquisição de Bens	286.255	504.422	576.752	597.695	728.115	+21,82%
Aquisição de Serviços	1.050.960	981.166	1.201.849	1.338.331	1.843.834	+37,77%
Outras Transf. Correntes	324.473	307.600	301.774	288.853	334.961	+ 15,96%
Encargos Financeiros	128.301	154.288	149.858	190.314	193.124	+ 1,48%
Outras Despesas Correntes	71.142	118.750	181.070	128.856	175.586	+ 36,27%
Total	4.336.743	4.695.123	5.111.360	5.410.816	6.152.548	+13,71%

Conseguiu-se uma execução da Despesa Corrente inferior à prevista, quer no valor global quer nas despesas com Pessoal, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 12

Execução da Despesa (euros)

	Despesa Prevista	Despesa Realizada	Execução
Despesa com Pessoal	2.908.717*	2.876.928	98,91%
Despesa Corrente Total	6.677.040*	6.152.548	92,14%

* valores após Revisão Orçamental

Mantemos ainda alguma margem de poupança, já que a Receita Corrente se mantém superior à Despesa Corrente.

Quadro 13

Evolução da Poupança (euros)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente	6.098.313	6.462.412	6.235.988	6.577.514	7.021.397	7.797.155
Despesa Corrente	4.349.059	4.336.743	4.695.123	5.111.360	5.410.816	6.152.548
Poupança	1.749.254	2.125.669	1.540.865	1.466.154	1.610.581	1.644.607
Desp. Corrente/Receita Corrente	71,3%	67,1%	75,3%	77,7%	77,0%	78,9%

Há de facto que continuar a fazer um esforço significativo para controlar a Despesa Corrente, já que não é sensato admitir que as Receitas Correntes possam subir de modo significativo.

Aliás, referimos como menos positivo, o facto da Receita Corrente crescer menos do que a Despesa Corrente.

A despesa com Pessoal cresceu moderadamente em 2003. Contudo repetimos (já o dissemos no ano anterior) que o recurso a programas ocupacionais do IEFP é um paliativo que não se poderá eternizar.

Quadro 14

Crescimento das Despesas com Pessoal

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Despesas com Pessoal	2.428.253	2.469.308	2.628.897	2.700.057	2.866.767	2.876.928
Δ %	9,7%	1,7%	6,5%	2,7%	6,2%	0,35%
Pessoal / Despesa corrente	55,8%	56,9%	56,0%	52,8%	53,0%	46,8%
Pessoal / Receita Corrente	39,8%	38,2%	42,1%	41,0%	40,8%	36,9%

Como se pode ver no quadro anterior os rácios apresentados são bons, com uma melhoria significativa em relação aos anos anteriores.

2.5.2.- Evolução da Despesa de Capital

Vejamos a repartição da Despesa de Capital

Quadro 15

Repartição da Despesa de Capital (euros)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Δ %
Aquisição de Terrenos	507.367	418.005	556.982	159.090	186.505	97.529	- 47,71%
Outros Edifícios	941.087	3.279.303	746.737	911.682	287.679	582.848	+102,60%
Constr. Diversas	3.771.625	4.979.905	5.444.551	4.205.597	4.802.135	2.522.592	- 47,47%
Material de Transporte	202.781	90.487	115.647	175.991	62.387	9.713	- 84,43%
Maquin. e Equipamento	101.750	221.902	117.983	289.343	260.480	82.577	- 68,83%
Transf. J. Freguesia	246.276	130.335	182.071	191.224	211.742	23.400	- 88,95%
Outras Transf. Capital	143.185	60.808	81.318	76.678	78.181	202.882	+259,50%
Activos Financeiros						185.908	
Passivos Financeiros	184.590	275.242	313.852	328.475	689.007	747.238	+ 8,45%
Total	6.271.551	9.455.987	7.611.090	6.427.104	6.601.642	4.689.443	- 28,97%

A Despesa de Capital teve uma franca descida em relação ao ano anterior.

Saliente-se o peso crescente dos encargos com a amortização dos empréstimos (passivos financeiros).

No quadro 18 pode ver-se a evolução do rácio Passivos Financeiros / Despesas de Capital.

Quadro 16

Peso dos Passivos na Despesa de Capital

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Passivos Financeiros/ Desp. Capital	2,94%	2,91%	4,12%	5,11%	10,44%	15,93%

Verificamos também que a Despesa de Capital representa menos de 50% da Despesa Total.

Quadro 17

Peso da Despesa de Capital na Despesa Total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Despesa de Capital/Despesa Total	59,1%	68,5%	61,8%	55,7%	55,0%	43,3%

2.6.- Do endividamento

2.6.1.- De Longo Prazo

Em termos de dívida de longo prazo, o endividamento desceu de € 6.603.624 para € 6.051.634, isto é, - 8,36%. Continuamos portanto a registar uma descida significativa da dívida de longo prazo.

Quadro 18

Evolução do endividamento

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Dívida de Longo Prazo	2.846.205	5.199.794	6.431.234	6.987.053	6.603.624	6.051.634
Dívida de Curto Prazo	3.029.635	3.564.150	3.839.994	2.804.968	2.462.429	1.546.276
Dívida Total	5.875.840	8.763.944	10.271.228	9.792.021	9.066.053	7.597.910
Dívida Curto Prazo/Receita Total	28,26%	24,36%	23,83%	24,07%	20,31%	11,35%

2.6.2.- De Curto Prazo

A dívida a empreiteiros desceu de € 1.475.895 para € **773.553**, ou seja, desceu 52,4%.

A dívida a fornecedores desceu de € 987.273 para € **772.723**, ou seja, desceu 21,73%.

Assim o total da Dívida de Curto Prazo desceu de € 2.463.168 para € **1.546.276**, o que representa uma descida de **37,22%**

Podemos considerar francamente positiva a evolução do endividamento de curto prazo e esperamos que esta descida se possa acentuar em 2007. Aliás como se vê no quadro 17 o peso da dívida de curto prazo na receita total continua a descer acentuadamente em relação aos últimos anos.

2.6.3.- Do endividamento líquido

Quadro 19

Códigos das Contas do POCAL		Passivo	Activo
11	Caixa		3.841,76
12	Depósitos		3.025.009,51
211	Cliente C/c		202.017,10
212	Contribuintes C/c		117.337,10
21	Utentes C/c		7.987,76
217	Clientes e Utentes C/ caução	18.421,06	
221	Fornecedores C/c	571.171,61	
23121	Empréstimos bancários s/ III QCA	3.922.996,07	
24	Estado e outros entes públicos	32.296,89	
2611	Fornecedores de imobilizado	946.189,13	
262	Pessoal	665,13	
263	Sindicatos	590,51	
268	Devedores e credores diversos	7.364,35	
2719	Outros acréscimos de proveitos		174.854,02
2729	Outros custos diferidos		733,09
2739	Outros acréscimos de custos	15.954,35	
411	Partes de capital		288.958,00
Total		5.515.649,10	3.820.739,07
Endividamento Líquido		1.694.910,03	

Como o endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2005 era de € 5.349.753,94, verificou-se uma evolução muito favorável, afastando qualquer risco de penalização por violação da Lei do Orçamento do Estado ou da nova Lei das Finanças Locais.

3.- Conclusão

Em termos orçamentais evidencia-se o crescimento continuado da Despesa Corrente, o que reflecte as novas atribuições dos Municípios, bem como o crescente encargo com equipamentos.

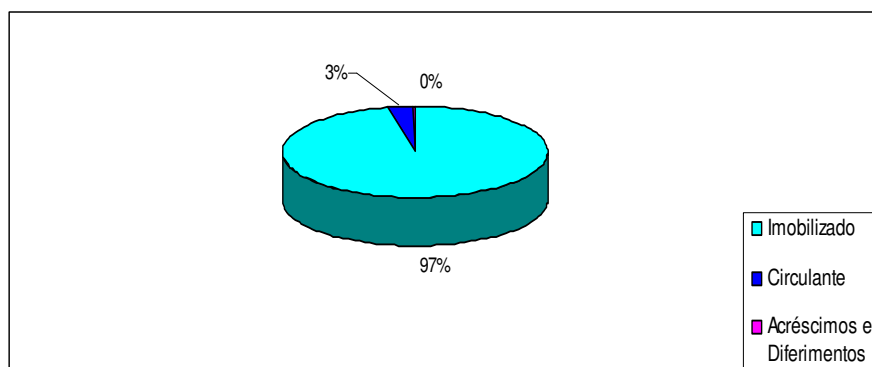
Assim com o cuidado que a situação frágil das economias familiares recomenda, há que actuar sobre a Receita de modo a garantir um acompanhamento desta em relação à Despesa.

Quanto à Despesa de Capital, excepcionando os investimentos financiados pelos Fundos Comunitários, ela tem forçosamente que diminuir, exigindo critérios mais exigentes para a decisão sobre os investimentos.

4. Situação Económica e Financeira

4.1. - BALANÇO

4.1.1. - Activo



4.1.1.1 - Imobilizado

Da análise ao balanço, constatamos que de 2005 para 2006 houve uma diminuição no imobilizado líquido da autarquia de € 1.267.846,60 (cerca de 1,3%), devido ao aumento de amortizações.

4.1.1.2. - Circulante

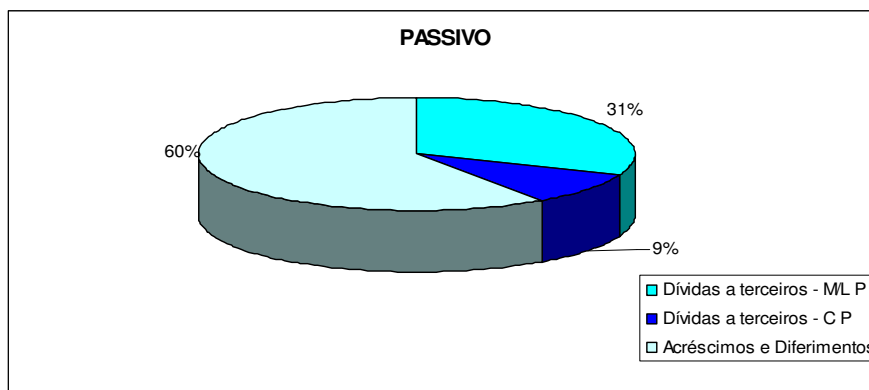
As disponibilidades tiveram um grande acréscimo de 2.027.954,44 € em relação ao ano de 2005.

As dívidas de terceiros de curto prazo, também tiveram um aumento muito significativo, devendo-se este aumento à dívida das Águas do Mondego, da Câmara Municipal de Ansião e da Câmara Municipal de Penela, sendo estas últimas referentes à comparticipação da Obra da EN 347-1.

4.1.2. - Fundos Próprios

Em 2005 os fundos patrimoniais sofreram um decréscimo de cerca de 1% correspondente à quase totalidade do valor do resultado líquido negativo obtido em 2006 pela Autarquia.

4.1.3. - Passivo



Verifica-se um aumento de 9,8% do passivo em 2006.

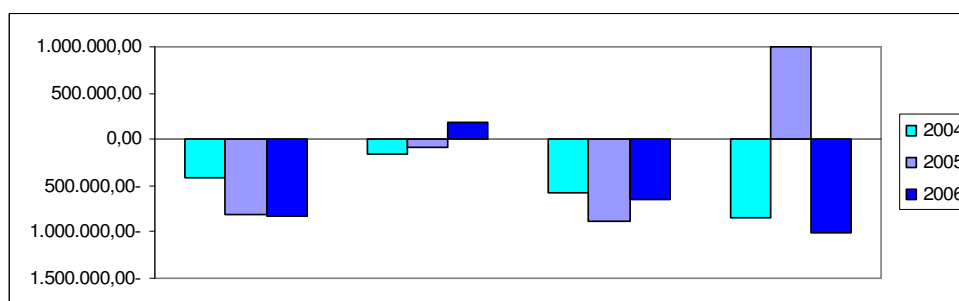
Os empréstimos de médio e longo prazo sofreram uma diminuição na ordem dos 9,2%.

As dívidas a terceiros sofreram um decréscimo significativo de 46,2%.

Houve um aumento significativo dos proveitos diferidos na ordem dos 3.217.918,46 €, que se devem a transferências para investimento (FEDER) atribuídos no ano de 2006 e que serão repartidos pelos diversos anos em que o investimento será amortizado e ao resultado da transição para as Águas do Mondego mas devido à escritura só ocorrer em 2007 a verba só passará a ser proveitos nessa altura.

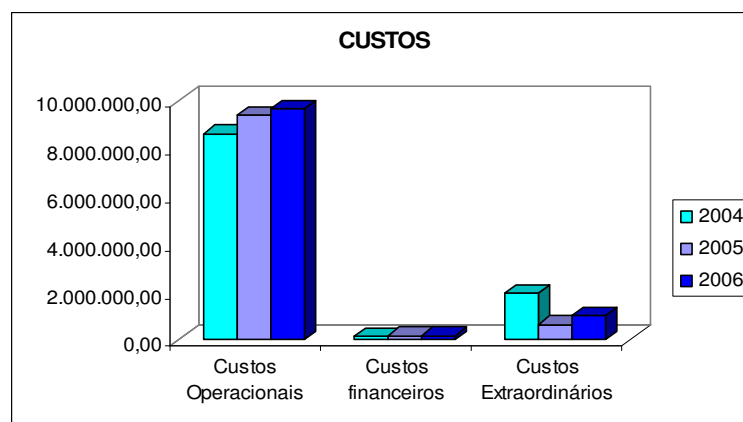
4.2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é um mapa que pretende complementar o balanço especificando a natureza dos diversos custos e perdas e proveitos e ganhos: operacionais, financeiros e extraordinários. Nos últimos três anos temos a seguinte situação:



Ao contrário do ano passado mas à semelhança dos outros anos desde a entrada em vigor do POCAL, os resultados soa negativos.

4.2.1. - Custos

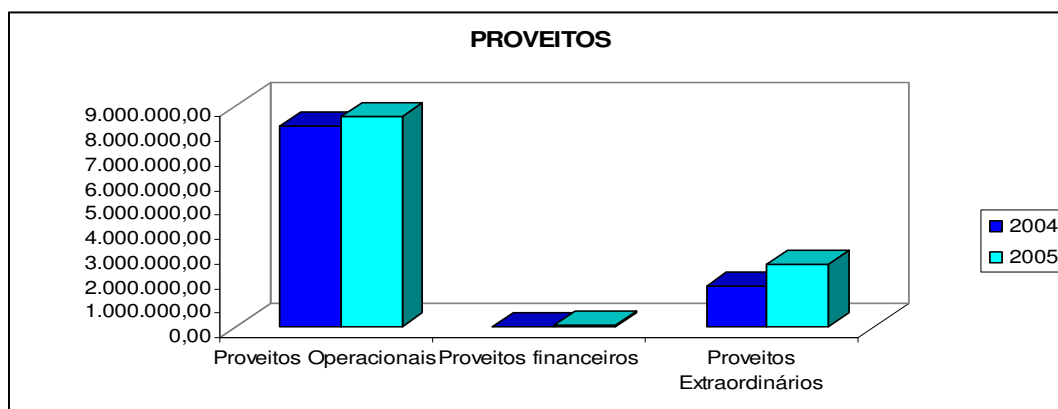


Os custos operacionais sofreram um acréscimo em relação ao ano anterior (2,55%), sendo a maior diferença nos Fornecimentos e Serviços Externos (15%).

No que diz respeito aos custos financeiros, os mesmos sofreram um acréscimo de cerca de 6,85%.

Os custos extraordinários praticamente duplicaram. Tal é devido, fundamentalmente, ao lançamento contabilístico gerado por correcções a anos anteriores que houve necessidade de efectuar.

4.2.2. - Proveitos



Os proveitos operacionais aumentaram cerca de 2,5% no último ano, devendo-se este aumento em grande parte aos *Impostos e Taxas* que aumentaram cerca de 18%, tendo as *Transferências Obtidas* diminuído cerca de 4%.

Os proveitos financeiros apresentam um acréscimo substancial, que foi originado pela contabilização nesta rubrica da Concessão da EDP.

No que diz respeito aos proveitos extraordinários, houve uma diminuição muito significativa no ano de 2006, devido essencialmente à diminuição nos ganhos em Imobilizações e ainda à falta em 2006 de restituição de imposto que em 2005 foi de 75.158,03 €.

4.2.3.- Resultados

O Resultado Líquido do Exercício é negativo ascendendo a 1.008.750,97 € decorrente das justificações acima referidas, quer em relação aos custos quer em relação aos proveitos.

4.3.- Rácios Económico-Financeiros

Quadro 17

Rácios	Económico-Financeiros	2006	2005	2004	2003
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Curto Prazo	2,01	0,45	0,37	0,22
Solvabilidade	Fundos Próprios / Recursos Alheios	12,93	10,96	10,38	9,69
Endividamento	Passivo / Activo Líquido x 100	16,08	14,74	14,54	13,09
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	0,84	0,85	0,85	0,87
Cobertura do Activo	Activo Total / Passivo Total	6,22	6,79	6,88	7,64
Dependência Empréstimos	Empréstimos M/Longo Prazo / Activo Total	0,05	0,06	0,06	0,06

O rácio de liquidez geral representa a capacidade da autarquia em fazer face às suas obrigações de curto prazo através do seu activo circulante. Este rácio não deverá ser inferior à unidade. Em 2006 a autarquia atingiu um grau de liquidez acima da unidade.

Relativamente aos rácios de solvabilidade e autonomia financeira, os mesmos encontram-se relacionados, e representam a capacidade de solver compromissos de carácter financeiro nas respectivas datas de vencimento, tendo-se verificado um aumento em relação ao ano anterior quanto à solvabilidade e uma leve diminuição quanto à autonomia financeira.

No que diz respeito à dependência da autarquia em relação aos empréstimos de médio e longo prazo, podemos concluir que a mesma é bastante reduzida, o que em situações de maior dificuldade a autarquia não terá grandes dificuldades em solver os seus empréstimos de médio e longo prazo.

4.4.- Distribuição de Resultados

Segundo o ponto 2.7.3 do POCAL, o resultado líquido do exercício quando positivo pode ser repartido para reforço do património, constituição ou reforço de reservas. É ainda obrigatório reforço

do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do activo líquido e a constituição de reservas legais de, no mínimo, 5%.

Tendo em consideração que o resultado líquido é negativo, o órgão deliberativo propõe, de acordo com as disposições legais, a transição do resultado líquido para a conta 5906 – Resultados Transitados de 2006 – 1.008.750,97 €.

Paços do Município de Condeixa-a-Nova, 9 de Abril de 2007

O Presidente da Câmara,

Jorge Manuel Teixeira Bento